



ST17. MUNDOS DO TRABALHO CONDIÇÕES DE TRABALHO E RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES

1158

CONDIÇÕES DE TRABALHO, EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA NA PARAÍBA: A LIGA CAMPONESA DE SAPÉ

*Juliana Ferreira Alves¹
Jocekelly Henrique Carvalho²*

Resumo: Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por um processo de transformações, sobretudo de caráter sócio-econômico. No governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) isso representou grandes mudanças no setor produtivo. Enquanto a cidade ampliava as suas atividades industriais, o campo foi se modernizando. A consequência dessa modernização para o campo, sobretudo no Nordeste, foi a expropriação dos trabalhadores rurais dos meios de produção. O objetivo desse artigo é mostrar que tipo de relações de trabalho os camponeses da Paraíba estavam submetidos na década 1950, quando foi criada a liga de Sapé, a primeira liga camponesa no estado. Na abordagem, também discutirá sobre a maneira de como ocorreu o processo de organização dos trabalhadores rurais em ligas camponesas, como forma de resistência as arbitrariedades praticadas pelos latifundiários contra o homem do campo.

Palavras-chave: Condições de trabalho. Ligas Camponesas. Sapé.

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por um processo de transformações, sobretudo de caráter sócio-econômico. No governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) isso representou grandes mudanças no setor produtivo. Enquanto a cidade ampliava as suas atividades industriais, o campo foi se modernizando. A consequência dessa modernização para o campo, sobretudo no Nordeste, foi a expropriação dos trabalhadores rurais dos meios de produção. O objetivo desse artigo é mostrar que tipo de relações de trabalho os camponeses da Paraíba estavam submetidos na década 1950, quando foi criada a Liga Camponesa de Sapé, a primeira liga camponesa neste estado. Na abordagem, também discutirá sobre a maneira de como ocorreu o processo de organização dos trabalhadores rurais em ligas

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

² Estudante de graduação do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

camponesas, como forma de resistência as arbitrariedades praticadas pelos latifundiários contra o homem do campo.

DESAPROPRIAÇÃO E ARBITRARIEDADE NO MEIO RURAL: LIGA CAMPONESA DE SAPÉ COMO RESISTÊNCIA

Com o processo de modernização iniciado no governo de Juscelino Kubitschek, a região do Nordeste passou a ser enxergada como um entrave para o desenvolvimento do país. A disparidade regional que colocava a área nordestina como uma região atrasada em relação às outras regiões consideradas modernas e industrializadas se tornava mais aguda na medida em que o desejo de desenvolvimento industrial de tornava mais latente.

Para Maria do Socorro Rangel (2000), essa foi uma das razões que fizeram com que o governo investisse em políticas públicas capazes de solucionar em parte os problemas que a população nordestina estava enfrentando naquele momento, visto que não era apenas tirar a roupa de um território agrário e subdesenvolvido, mas também resolver os confrontos entre os latifundiários e camponeses. Diante disso, o governo federal juntamente com o economista Celso Furtado criaram um projeto denominado de “Operação Nordeste”, que tinha como finalidade industrializar essa região. Posteriormente também foi aprovada na Câmara dos Deputados a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, em 1959. Entre as políticas desenvolvimentistas adotadas pela SUDENE, estava a de estimular empresas privadas a se estabelecerem no Nordeste por meio de incentivos fiscais e financiamentos, além de investir nas criações de estradas que facilitassem o escoamento dos produtos agrícolas e industriais, os usos de máquinas nas lavouras, irrigação, construção de açudes, assistência técnica, etc.

De acordo com Renan Cabral (2011), a SUDENE surgiu em meio a uma série de denúncias feitas pelo o jornalista Antônio Callado sobre a situação do Nordeste. Tais reportagens acusam o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) de desvios de verbas públicas para satisfazer interesses das oligarquias nordestinas. Essa foi uma das razões para que o departamento fosse rotulado pejorativamente de “indústria da seca”, uma vez os recursos públicos destinados a beneficiar o homem do campo, ora eram desviados para contas bancárias de uma elite agrária, ora eram aplicados diretamente em benefício dos próprios latifundiários, como aconteceu no caso das construções dos açudes que foram instalados nas terras de alguns fazendeiros em detrimento da população rural.

Além dos investimentos governamentais, o Nordeste também contou com capital privado para o processo de modernização no campo. Isso possibilitou um crescimento produtivo na agricultura, resultado da mecanização nas lavouras e utilização de novas técnicas agrícolas. Com os financiamentos e incentivos fiscais realizados pela SUDENE, várias empresas oriundas do Centro-Sul do Brasil começam a se estabelecerem na região nordestina.

Este fato agravou ainda mais, em meados dos anos 1950 e início 1960, os conflitos no campo envolvendo camponeses e latifundiários, pois contribuiu para o

aceleramento do processo de mudanças que já viam ocorrendo nas relações de produção no campo, sobretudo no setor canavieiro. De acordo com Azevedo (1982), as transformações que sucederam provocaram a expropriação completa do produtor direto e a sua expulsão da terra onde moravam, visto que o pacto paternalista que unia o camponês ao proprietário de terra fora rompido mediante a uma série de restrições por parte do latifundiário em relação trabalhador rural.

Essa situação se intensificou quando as agroindustriais foram se expandido para os canaviais, sobretudo no estado da Paraíba. Isso acabou provocando a incorporação de novas terras para o cultivo da monocultura da cana-de-açúcar. Desta forma, os moradores foreiros que até então residiam nas terras dos latifundiários são agora obrigados a deixarem suas casas e plantações sem direito a qualquer tipo de indenizações, visto que as usinas precisam de mais terras para o plantio da cana-de-açúcar e por isso acabavam arrendando destes latifundiários suas terras, ou, até mesmo, comprando dos engenhos das redondezas suas plantações de cana.

Segundo a historiadora Maria do Socorro Rangel,

[...] as usinas foram engolindo os engenhos, e este, por sua vez, engoliram quase todos os espaço destinados à produção da pequena lavoura, numa voracidade que pouco a pouco, como vimos, acabou por dismantelar a vida de muitos moradores foreiros. (RANGEL, 2006, p. 464)

Na perspectiva de Azevedo (1982, p. 47), esse processo de expansão na produção da cana-de-açúcar juntamente com expropriação definitiva do morador e do foreiro ocorreu devido à valorização do produto no mercado internacional após a Segunda Guerra Mundial. Esse fator contribuiu para estimular os proprietários de terras a investirem cada vez mais no sistema canavieiro. A consequência disso foi a incorporação de novas terras que até então eram destinadas aos moradores foreiros, e que agora passam a fazer parte das lavouras canavieiras.

Maria do Socorro Rangel (2006), em seu artigo “Territórios de Confronto: uma história da luta pela terra nas Ligas Camponesas”, analisa como era ser morador foreiro na Paraíba nas décadas de 50 e 60. Para isso, ela se vale da história do senhor Severino, além de outras histórias de agricultores paraibanos, que assim como ele tiveram suas terras tomadas pela cana-de-açúcar.

Nas lembranças do senhor Severino, ele conta como tudo teria acontecido:

Foi de quando em 50, 51, 52, o açúcar começou a subir, as usina trabaiava de dia e de noite. De longe, a gente via aquela fumaceira toda hora e ficamo sabendo que só a terra das usina já num dava conta de plantar as cana que precisava, e o patrão arrendou as terra pra usina. No começo, não mudou muito não, o administrador era o mesmo cabra, e só aos pouquinhos foi que mudou. Primeiro, foram diminuindo os sítio dos morador de condição pra plantar cana e era aquilo, pra onde se olhava só via cana, lá nos terreno mais perto do engenho. O castelo, que vivia quase vazio, se encheu de trabaiador alugado e nós vendo aquilo tudo acontecer, assim de repente. (RANGEL, 2006, p. 460-461)

Ainda segundo os relatos do senhor Severino:

Todo tempo da vida era pra plantar cana, cortar cana, limpar cana, numa sujeição danada. Se reclamasse, era arriscado entrar na peia que os tempo tinha mudado por demais ali.

[...] Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana. A terra era muito boa, como eu lhe disse no começo pra senhora, e a ambição dele cresceu pra cima do meu canto. Aí não teve outro jeito senão enfrentar aquela desgraça todinha. E começou a peleja, que dali eu não pudei sair, não, senhora, que eu tinha nascido e me criado naquelas terra, criado meus filho tudo e não podia sair, não, senhora. Foi quando um clarão alumiu o meu juízo e eu pensei: era tudo ou nada, era guerra mesmo. Fiquei ali até o fim. (RANGEL, 2006, p. 461-462)

A cena descrita pelo senhor Severino vinha se repetindo em todo o Nordeste. Na Paraíba, os conflitos envolvendo camponeses e proprietários de terras resultaram na criação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, também denominada de Liga Camponesa de Sapé. Na sua liderança estava o camponês João Pedro Teixeira, que apesar de ser o vice-presidente da Liga, sempre se destacou no comando do movimento. No princípio, o objetivo da Liga era acabar com o cambão (uma espécie de trabalho gratuito de dois a três dias na semana que os camponeses eram obrigados a prestar aos donos das terras, em troca, recebia deste o direito de morar e trabalhar em sua propriedade). Entretanto, o cambão não era a única forma de exploração ao qual o trabalhador rural estava subordinado. Havia também o vale barracão³, o foro⁴, o pulo da vara⁵, além da expulsão de camponeses de suas casas pelos donos das terras. Estes últimos, segundo Bernardete Aued (1986), foi o que agravou ainda mais os atritos diretos entre os camponeses e os donos das terras. Pois, além dos camponeses reivindicarem o fim do cambão, ainda queria ser indenizados pelas benfeitorias aplicadas nas terras em caso de expulsão.

A Liga Camponesa de Sapé surge então como uma alternativa de organização dos trabalhadores do campo para lutar por melhores condições de trabalho, resistindo dessa forma, à opressão ao qual estavam subjugados. Em 1954, João Pedro Teixeira teria iniciado uma tentativa de processo de conscientização entre os camponeses de Sapé, através de reuniões realizadas no quintal de sua casa, ou quando saía de fazenda em fazenda alertando para a necessidade dos trabalhadores do campo lutarem pelos seus direitos.

³ Segundo Azevêdo (1982), o barracão era uma espécie de armazém instalado pelo senhor de engenho para oferecer produtos de primeira necessidade a preço exorbitante e de má qualidade.

⁴ O foro é um tipo de aluguel que os camponeses pagavam aos donos das terras para usufruir do terreno. Esse foro poderia ser pago em dinheiro ou em produtos agrícolas.

⁵ Foi uma maneira desonesta que os donos das terras encontraram para explorar os camponeses. Pois as terras cultivadas pelos camponeses deveriam ser medida por uma vara de 2 metros e 10 centímetros. E a sua remuneração ia ser de acordo com a quantidade de metros trabalhados. Só que os administradores da fazenda utilizava um vara de 2 metros e 30 centímetros, ou seja, 20 centímetros a mais, fazendo com que os camponeses trabalhar-se mais e receber-se menos.

É importante aqui frisar que essa conscientização sobre a condição social do homem do campo não foi algo simplesmente “trazido” por João Pedro Teixeira. Muitos desses trabalhadores rurais já tinham uma consciência da condição de exploração que estavam submetidos pelos seus patrões. E cada um ao seu modo, tentou resistir mesmo que individualmente às injustiças cometidas contra eles pelos proprietários de terras.

Para James Scott (2011) esse tipo de resistência individual não era feito abertamente para evitar assim um confronto direto com a elite agrária. Mesmo porque, tais resistências aconteciam de forma corriqueira no cotidiano da massa camponesa:

poderíamos chamar de formas *cotidianas* de resistência camponesa – a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros. A maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva. Tenho em mente, neste caso, as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante. (SCOTT, 2011, p. 219)

1162

No caso da Liga Camponesa de Sapé, essa trajetória de conscientização dos trabalhadores rurais ocorre a princípio de forma individual, e passa a tomar corpo coletivo também através da ação de João Pedro Teixeira, pois, é ele que ajudara a organizar os camponeses a se mobilizarem coletivamente para lutar contra os excessos arbitrários realizados pelos latifundiários.

Elizabeth Teixeira, a viúva do líder da Liga de Sapé, em um depoimento retirado do seu livro biográfico “*Eu marcharei na tua luta: A vida de Elizabeth Teixeira*”, narra como surgiu a ideia, por parte de João Pedro, de organizar os camponeses para reivindicarem por melhores condições de trabalho:

Como João Pedro já tinha uma ideia de organização, por causa do sindicato que ele tinha criado em Recife; na semana seguinte, ele começou a sair para andar no campo, para conversar com os trabalhadores.

Ele começou a visitar as fazendas: Anta, Sapucaia, Melancia; era tudo a mesma coisa. Ele começou a ver a miséria do campo. Ele foi vendo as crianças descalças, nuas, de barriga grande. De fazenda em fazenda, a situação era pior. Então João Pedro começou a conversar com eles e dizer que era preciso se organizar, unir-se e lutar por uma outra condição de vida. (BANDEIRA et al, 2012, p. 69-70) (GRIFO NOSSO)

Ainda de acordo com a fala de Elizabeth destacada acima, João Pedro já possuía uma consciência de classe devido à experiência que ele adquiriu na pedreira de Jaboatão em Pernambuco. Isso possibilitou que quando ele chegasse à Paraíba em Maio de 1954 já tivesse uma noção de como organizar os trabalhadores do campo para lutar contra os abusos existentes no meio rural.

Na perspectiva de Bernardete Aued (1986, p. 33), a Liga Camponesa de Sapé só veio a ganhar forma institucional em 1958 deixando de ser uma Liga doméstica para se

tornar uma associação legalizada, registrada em cartório, pois até então, atuava na informalidade. É importante frisar, que a Liga de Sapé não era um sindicato rural. Embora não fosse proibido o sindicalismo rural no Brasil nas décadas de 40, 50 e 60 ainda sim eram repletos de restrições:

A criação de Ligas Camponesas, ao invés de sindicatos rurais, é explicada como uma maneira de fugir à rigidez institucional, ao burocratismo já existente no sindicalismo urbano e também ao conjunto de restrições ao sindicalismo rural, na década de quarenta. Muito embora existisse, desde novembro de 1944, o Decreto-Lei nº 7.038/44, que outorgava direitos trabalhistas ao trabalhador rural, assim como o direito de se organizar em sindicatos rurais, de fato, quase nada havia neste sentido. (AUED, 1986, p. 32)

Tal situação sofreu algumas mudanças em 1963 com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Nele os direitos trabalhistas já existentes na classe operária passam a ser estendido também para os trabalhadores rurais, embora com algumas ressalvas e particularidade, já que essa ampliação não significou a mesma equidade de direitos trabalhistas para o homem do campo, e sim uma aproximação com os direitos já conquistados pelo proletariado urbanos.

De acordo com Montenegro (2003, p.248-250), a estratégia usada pelos camponeses em meados dos anos 1950 para driblar os obstáculos que o impediam de se organizarem em sindicatos rurais foi a de instituírem associações de caráter assistencialista. Foi o que aconteceu no Engenho Galiléia, na cidade de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco. Lá, os moradores de Galiléia resolveram fundar a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), com a finalidade de enfrentar os problemas que os afligiam, sobretudo os infortúnios relacionados à morte e às doenças. Ainda segundo autor, após a renúncia do proprietário do Engenho Galiléia, Oscar Beltrão, do cargo de presidente honorário e sua exigência de dissolver a SAPPP, junto com as inúmeras ameaças de expulsões dirigidas aos moradores do engenho, fizeram com que os “galileus” procurassem os meios judiciais para defendê-los. O desfecho do processo judicial foi favorável aos “galileus”, resultando na desapropriação do Engenho Galiléia em 1959. Essa vitória, simbolizou mais do que uma conquista da Liga Camponesa da Galiléia, foi a bandeira de uma possível reforma agrária que não ficaria isolada ao engenho Galiléia se difundido por todo o país a começar pelo o Nordeste.

Na Paraíba, os confrontos entre camponeses e proprietários de terras se acirraram com a regulamentação da Liga de Sapé em 1958. Segundo Severino Ramos (1989), os trabalhadores rurais que ousavam se filiar à associação passaram a ser perseguidos pelos proprietários de terras, que procuravam abusar de sua autoridade tradicional e suas relações com o aparato do Estado para cometer vários tipos atrocidades, como relatou Severino Guilhermino de Sousa, ex-integrante da Liga de Sapé:

Chega um morador de Dr. José Marinho, de Maraú, e chega a dar queixa de um terreno onde ele morava, há 40 anos. Esse terreno era

cercado em volta da casa, tinha quatro hectares. E o dr. José Marinho, sabendo que o morador tinha o documento da Liga Camponesa, aí ele vai e manda arrancar a cerca. Aí, o gado invadiu e acabou com a lavoura todinha. (VAN HAM et al, 2006)

Embora amedrontados com as ameaças e perseguições que sofriam os camponeses não recuaram diante das violências praticadas pelos latifundiários, muito pelo contrário, continuaram prosseguindo na luta pelos seus direitos. Principalmente após a morte do seu líder João Pedro Teixeira, que fora brutalmente assassinado a mando do Grupo da Várzea⁶ no dia 2 de Abril de 1962.

Com o assassinato de João Pedro, coube à sua esposa, Elizabeth Teixeira, dar continuidade à sua luta na frente no movimento camponês da Paraíba. Sob sua liderança, em pouco tempo a Liga Camponesa de Sapé tinha se tornado de acordo Morais (2012, p. 66), a maior Liga Camponesa do Brasil contando com 12 mil associados superando dessa forma “liga-mãe” do engenho da Galiléia, em Pernambuco.

Nesse novo comando, a Liga de Sapé assumiu outra feição, mais radical e menos tolerante com as atitudes violentas dos latifundiários. Talvez essa nova fisionomia esteja relacionada com a morte de João Pedro, visto que seu assassinato gerou uma onda de revolta por parte dos camponeses associados à Liga e também uma enorme comoção na população sapeense. Agora era tudo ou nada, o lema era a “reforma agrária na lei ou na marra”. Essa política com discursos com tons um tanto mais agressivos do movimento camponês se prolongaria até 1964, quando aconteceu o golpe militar e as Ligas Camponesas de todo o Brasil passaram a serem perseguidas e dissolvidas. Já os seus líderes foram mortos, presos e torturados. No caso de Elizabeth Teixeira, após o fim da Liga de Sapé ela foi se refugiar no Rio Grande do Norte assumindo outra identidade, passando então se chamar Marta Maria da Costa, sendo descoberta 17 anos depois pelo cineasta Eduardo Coutinho.

EXPROPRIAÇÃO E PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL

A presença do capitalismo no mundo rural provocou uma ruptura com as tradicionais relações de trabalho que envolviam camponeses e donos de terras, o que acabara transformando o camponês em assalariado rural e, a seguir, futuro proletário urbano.

A chamada modernização do campo fez com que os laços de dependência que unia o camponês ao latifundiário fossem desfeitos de uma forma definitiva e traumática, através da expropriação do produtor direto dos meios de produção, e sua transformação em trabalhadores assalariados.

Como nos descreve Azevêdo (1982):

⁶ O Grupo da Várzea era formado pelos grandes proprietários de terras que eram donos da várzea da Paraíba. Esse Grupo exercia uma forte dominação sobre as populações rurais, além de ter uma grande influência na política e na economia regional.

a proibição pura e simples do sítio ou roçado e da criação de animais até ao aumento constante do foro e as pressões diretas e violentas, como a destruição das lavouras brancas pelos capangas dos engenhos e usinas, tinha como objetivo colocar, tanto o trabalhador rural como o camponês, em inteira disponibilidade para o capital, transformando-os numa mercadoria a ser adquirida no mercado, em troca de um salário. (AZEVEDO, 1982, p. 51)

Para Afrânio Garcia e Moacir Palmeira (2001, p. 58-62), essas mudanças nas práticas patronais estão vinculadas vários fatores, tais como o crescimento dos mercados internacionais das lavouras comerciais, o que possibilitou a incorporação de novas terras para a expansão da produtividade agrícolas e a emigração dos trabalhadores rurais para as metrópoles, sobretudo para áreas que estavam se industrializando como o sudeste do país. Muitos desses camponeses que saíram de sua terra natal para se aventurarem nas cidades grandes tinham sido expulsos das terras onde moravam e trabalhava pelos latifundiários, ou por que estavam cansados da forma com que eram explorados pelos proprietários de terra. Além disso, houve também o surgimento dos movimentos sociais como a Ligas Camponesas, como uma tentativa de organizar a massa do campesinato para lutar por melhores condições de trabalho.

Contudo, é importante ressaltar que apesar do camponês ter se tornado um assalariado rural, isso não representou uma melhoria na sua condição de vida. Eles ainda continuaram sendo explorados por uma elite agrária faminta por lucro. E se antes, os homens do campo eram submetidos à regra de sujeição (morador, cambão, meeiro, foreiro, rendeiro, etc). Agora, na condição de assalariados rurais são explorados pelos baixos salários recebidos pelos seus serviços. Mesmo porque os direitos trabalhistas presentes no mundo urbano ainda continuavam ausentes no espaço rural (AZEVEDO, 1982, p. 52).

Ainda de acordo com o sociólogo Fernando Antônio Azevêdo (1982),

[Os camponeses] não contam com nenhum dos direitos trabalhistas já conquistados pelo operariado urbano, nem com um órgão de defesa sindical, cuja implantação no meio rural sempre enfrentou a resistência obstinada e a repressão direta por parte dos grandes proprietários. Estas, portanto, à margem de todos os direitos civis, sociais e políticos, constituindo uma imensa massa proletária desorganizada, tanto do ponto de vista corporativo quanto do político. (AZEVEDO, 1982, p. 52)

Afrânio Garcia e Moacir Palmeira (2001, p. 64), por sua vez, no que se refere aos direitos trabalhistas no meio rural, assinalam que, embora esse novo proletariado que surgira no campo não estivesse tão amparado judicialmente por leis trabalhistas, ainda assim teriam existidos casos onde o sindicalismo rural foi mais combativo. Isso teria possibilitado o respeito ao cumprimento das leis trabalhistas em favor dos camponeses, inclusive o direito deles receberem indenizações pelo fim do contrato de trabalho. Em casos como esses, onde as leis trabalhistas foram aplicadas, a expulsão dos moradores e colonos ocorreu em menor escala. Embora inibisse em alguma escala o

êxodo rural, a legislação trabalhista não conseguiu impedir a expulsão dos moradores foreiros⁷ e de condição⁸ e a desapropriação das terras onde moravam.

Na Paraíba, essa expulsão foi desencadeada pela valorização do açúcar no mercado mundial ocasionando a necessidade de ampliar a área física para o plantio da cana-de-açúcar, além dos investimentos públicos que possibilitaram a modernização das usinas paraibanas como consequência dos projetos de desenvolvimento regional no Nordeste. (RANGEL, 2000, p. 227)

Para Maria do Socorro Rangel (RANGEL, 2000, p. 226), essas políticas governamentais, somadas às facilidades de créditos e grande concentração de terra, foram as grandes responsáveis para viabilizar a formação de um grupo econômico capaz de controlar várias usinas no estado, como aconteceu com o grupo do Ribeiro Coutinho que dominava cinco das oito usinas existentes na Paraíba no início dos anos 60.

Em decorrência dessas desapropriações, incidiu o processo de proletarização do trabalhador rural. Afinal, desprovidos dos meios de produção, os moradores se viram obrigados a vender suas forças de trabalho, a preço muita vezes abaixo da remuneração merecida. Sem conseguirem manter-se por muito tempo nessa situação, muito camponeses resolvem migrar para as metrópoles enxergando nas grandes cidades industriais uma oportunidade de melhorar suas condições de vida.

Conforme Afrânio Garcia e Moacir Palmeira (2001),

Não foi obra do acaso o fato de municípios do Nordeste de forte emigração terem sido palco de piquetes de senhores de terra tentando conter levas de ‘pau-de-arara’ em caminhões rumo ao Sul, a partir da década de 1950. A migração contribuiu duplamente para erodir os poderes dos grandes proprietários rurais: permitiu diminuir o estoque dos que se viam forçados a aceitar as imposições dos senhores e o acesso regular ao mundo do salário mínimo (implantado em 1939) e dos direitos trabalhistas, consolidados por Getúlio Vargas em 1943 (CLT). As grandes cidades industriais passaram, então, a significar o universo onde havia *direitos*, diante do qual o mundo rural só podia aparecer como ‘universo de privação’ e reino do arbitrário, mundo da sujeição e do cativo. (L.SIGAUD, 1979; J.S.LEITE LOPES, 1976; A. GARCIA JR, 1989 apud GARCIA E PALMEIRA, 2001) (GRIFO DO AUTOR)

A migração do homem do campo para o mundo urbano possibilitou a incorporação de um enorme contingente de pessoas que até então trabalhavam na lavoura e que agora passam a trabalhar nas indústrias, servindo assim como mão-de-obra extremamente barata e submetida a condições de trabalho precárias (F. OLIVEIRA, 1972 apud GARCIA E PALMEIRA, 2001). Embora essa mudança de cenário tenha provocado transformações na vida dos camponeses que se deslocaram

⁷ De acordo com Maria do Socorro Rangel (2000), o morador foreiro era submetido a uma série de obrigações com o proprietário da terra, pois eles tinham que pagar o foro para usufruir da terra para trabalhar e morar. E também está sempre disponível caso os donos das terras precisar-se.

⁸ Na perspectiva de Maria do Socorro Rangel (2000), o morador de condição era o morador que não pagava o foro, mas tinha que retribuir a concessão de ter um pequeno terreno para plantar. Por isso tinha que se submeter a “condição” de trabalhar a preço bem abaixo da tabela vigente, durante alguns dias na semana.

para as cidades metropolitanas, isso não deve ser traduzido em um real melhoramento na sua condição de vida, visto que eles ainda continuaram a mercê dos seus patrões, pois se antes o camponês que foi transformado em assalariado rural já era mal remunerado pelos seus serviços, agora, na condição de proletariado urbano ainda permanece sendo mal pago pelo seu trabalho e vivendo em condições precárias tal como vivera no campo. Só que com um agravante: aquilo que antes era disponibilizado gratuitamente, como água, lenha, frutas, culturas alimentares, ou até mesmo moradia, vantagens essas que eram, pela visão de mundo tradicional, “cedidas” pelos donos das terras, que, em troca, esperavam dos trabalhadores lealdade, dedicação no trabalho e obediência, só poderia ser obtido através do mercado. Ou seja, devido à proletarização do trabalhador do campo, tais vantagens são agora associadas a custo monetário, ou seja, tudo tem um preço, tudo virou mercadoria:

Ao sair da propriedade, o trabalhador se via forçado a ter de assumir os custos materiais de uma nova morada, fosse ao pagar aluguel para prédios urbanos, fosse ao adquirir chão de casa para construir seu imóvel, fosse ao invadir terreno onde poderia se estabelecer mesmo a título precário. Não dispunha mais do acesso à água e à lenha da antiga propriedade, que nessa nova situação se tornavam novas mercadorias. Não dispunha ainda de sítios ou de terra para roçados onde pudesse cultivar na estação chuvosa as culturas alimentares: todo terreno de lavoura supunha agora contrapartida sob a forma de arrendamento ou meação; a terra impõe-se como mercadoria a todos (GARCIA E PALMEIRA, 2001, p.65).

Nessa nova forma de vida, os camponeses proletarizados estavam desprovidos de quase tudo o que o cercava no mundo rural, restando apenas a sua força de trabalho para ser vendida no mercado de trabalho em troca de salário. Enquanto aquele presente urbano passava a ser caracterizado por eles como um universo de privações, ao contrário de suas expectativas no momento da emigração, o passado no campo passara a ser idealizado como o tempo bom, de fartura, onde seus “protetores patrões” os proviam de toda a necessidade básica para a sua sobrevivência (L. SIGAUD, 1979 apud GARCIA E PALMEIRA).

Fica, portanto evidente, que as mudanças que aconteceram no meio rural foram consequência do desenvolvimento do capitalismo no campo. Uma vez que, o processo de modernização provocou as transformações de muitos camponeses em assalariados rurais e deste em proletariados urbanos. O fator principal que ocasionou tudo isso foi a saída forçada do camponês das terras onde morava e trabalhava. A desapropriação somada a várias arbitrariedades cometidas pelos latifundiários fizeram com que os camponeses se organizassem em Ligas Camponesas com o intuito de reivindicar por melhores condições de trabalho e lutar por terra. Apesar da existência das Liga Camponesas, muitos trabalhadores rurais e assalariados resolveram tomar a estrada rumo à cidade como tentativa de fugir da opressão da elite agrária, e, ao mesmo tempo, introduzir-se num mundo aparentemente cheios de oportunidades e direitos. O resultado dessa caminhada não foi satisfatório, visto que esses retirantes acabaram engrossando as fileiras daqueles que passaram a viver nas favelas e nas ruas das grandes cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da Liga Camponesa de Sapé teve a mesma característica da “primeira” Liga Camponesa do Brasil, que foi a Liga da Galiléia. Ela surgiu da necessidade de cada camponês que fora obrigado a deixar para trás a sua lavoura sem se quer ter o direito de colhê-la, de deixar para trás o seu casebre sem rumo certo para onde levar a sua família. Surgiu dos calos das mãos deixados pelo cabo da enxada que se tornavam mais grossos, na medida em que eles prestavam trabalhos gratuitos aos donos das terras, o denominado cambão. Diante de tantas arbitrariedades, era necessário organizar coletivamente esses camponeses para lutar por melhores condições de trabalho. E isso só seria possível com a criação da Liga de Sapé que tinha por finalidade defender os interesses do homem do campo, além de conscientizá-lo da real situação de submissão que eles estavam vivendo e lutar por terra e autonomia de seu trabalho. Fez-se necessária a organização coletiva para que unidos eles tivesse êxito na luta por condições de trabalho mais digna. Neste trabalho de organização autônoma dos camponeses de Sapé, destaca-se a ação de João Pedro Teixeira.

A situação desses camponeses piorou ainda mais com o aumento da produção da cana-de-açúcar, o que provocou a expulsão deles das terras onde moravam para dar lugar as lavouras canavieiras. Esse foi o preço pago pela modernização no campo, a ruptura do pacto paternalista que prendia o camponês ao dono da terra. Expulso da terra e expropriado dos meios de produção coube ao trabalhador do campo se tornar assalariado rural ou migrar em direção a áreas urbanas para virar proletárias. Os que ficaram no meio rural tiveram que enfrentar a fúria dos latifundiários, que se tornavam cada vez mais violentos, sobretudo para aqueles camponeses que eram filiados à Liga de Sapé. A prova disso foi o assassinato do seu líder João Pedro Teixeira. Mas apesar disso os camponeses não recuaram, continuaram enfrentando os proprietários de terras, fosse na Justiça, processando o dono da terra para pagar a indenização das lavouras destruídas, fosse confrontando diretamente, reunido os camponeses da Liga para ir a determinada fazenda exigir satisfações com o dono devido algumas injustiças cometidas por ele.

Resistir foi a palavra de ordem proclamada pelos camponeses da Liga de Sapé no meado da década de 1950 e início dos anos 1960 no campo. Agora era “reforma agrária na lei ou na marra”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUED, Bernardete W. **A vitória dos vencidos**. Partido comunista brasileiro - PCB e Ligas camponesas (1955-64). Florianópolis: Universidade/UFSC, 1986.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org). **Eu marcharei na tua luta!**: a vida de Elizabeth Teixeira. Campina Grande: Eduepb, 2012.

CABRAL, Renan. 1959 Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado – Oportunidade histórica e resistência conservadora. **Cadernos de Desenvolvimento**, v. 6, n°. 08, p. 17-34, maio de 2011.

GARCIA JR, Afrânio Raul; PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: SACHS, Ignacy, PINHEIRO, Paulo Sérgio; WILHEIM, Jorge (Org). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HAN, Antônia Maria Van; CALADO, Alder Júlio Ferreira; SEZYSHTA, Arivaldo.J; GIACOMELLI, Gabriele; IENO, Gláucia Maria de Luna (Orgs). **Memórias do povo**: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar. João Pessoa: Idéia, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano - O tempo da experiência democrática - democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3, p. 241-271.

MORAIS DE, Clodomir Santos. História das ligas camponesas do Brasil (1969). In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RAMOS, Severino. **Marcado para morrer**: a saga das Ligas Camponesas de Sapé e a morte de seu líder, João Pedro Teixeira. João Pessoa – PB: Grafset, 1989.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte e Esperança de vida**: uma história das ligas camponesas na Paraíba. Campinas: Dissertação de mestrado em História/ Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. Territórios de Confronto: uma história da luta pela terra na Liga Camponesa. In: LARA, Silva e Medonça, NUNES, Joseli Maria (Org). **Direitos e Justiça no Brasil**. Campinas: EDUNICAMP, 2006, p. 457-501.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n°. 05, p. 217-243, janeiro – julho de 2011.